

A chegada de Bolsonaro à presidência da República e a dinâmica de seu governo é fenômeno que demanda reflexão sobre alguns fatores que o antecedem e estabelecem relações de causalidade com o processo em curso. O argumento aborda alguns episódios da história política, econômica e cultural recente buscando entrever as interfaces entre as dinâmicas externa e interna que propulsionaram a ascensão da extrema direita ao poder no Brasil.

Até o início do governo Bolsonaro eram poucos aqueles que reconheciam no Brasil traços de um sistema político com características fascistas, a despeito da desigualdade abissal da sociedade brasileira, dos índices crescentes de violência e encarceramento em massa, do genocídio da população negra periférica, e do crescente apelo pela militarização da segurança pública e de outros setores, como a educação. A palavra “fascista” era utilizada no senso comum como adjetivo pejorativo contra políticos conservadores, mas havia bastante relutância em caracterizar o regime político brasileiro como fascista ou, ao menos, reconhecer traços crescentes do fascismo no Brasil.

Um dos argumentos que rebatiam a tese do fascismo era a ausência de um líder de massas, capaz de co-mover parcela expressiva da população. O que poderia ser associado a fenômenos fascistas como Hitler e Mussolini tinha, no Brasil, expressão política insignificante e bufona: um tenente expulso do exército por tentativa de atentado terrorista, deputado do “baixo clero” do Congresso Nacional por mais de duas décadas, sem capacidade de proposição de projetos e de liderança no parlamento. Todavia, tal como ocorreu na Alemanha em 1933, a plataforma de extrema direita chegou ao poder por meio de eleições, foi legitimada pela democracia representativa, a despeito dos procedimentos arbitrários previamente empregados, como o encarceramento sem provas do ex-presidente

¹ Professor da área de Ciências Sociais e Linguagens do campus de Planaltina da UnB e dos programas de pós-graduação em Artes Cênicas e Profissional em Artes (Instituto de Artes/UnB) e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp/ENFF).

Lula guardarem semelhança com as manobras anti-democráticas operadas pelo partido nacional-socialista na Alemanha.

Os elogios que o deputado Bolsonaro fazia a militares torturadores da ditadura que durou vinte e um anos (1964-85) soavam grotescos – sem, contudo, serem alvos de contestações e punições por conselhos de ética e instâncias jurídicas – suas agressões verbais a mulheres, gays, negros eram espetacularizadas pela mídia, como algo que afrontava o politicamente correto. Pouco a pouco a improvável expressão política de Bolsonaro foi tomando vulto, catapultada pelo antipetismo, canalizando as insatisfações reais e as fabricadas pela mídia com o sistema político brasileiro: o bufão começava a ser construído como mito no momento em que as candidaturas de centro-direita não decolavam. O silêncio da elite nacional diante da sequência infundável de gestos apologéticos às múltiplas formas de violência significou, por omissão deliberada, a convivência com uma plataforma cuja única promessa era, à revelia de qualquer premissa civilizatória, a garantia de proteção à propriedade e dos rendimentos da fração minoritária e endinheirada da sociedade brasileira, e o discurso miliciano e religioso de mais segurança e defesa dos valores da família e da propriedade, para os pobres.

Em narrativas jornalísticas de curto fôlego o fenômeno ascensional de Bolsonaro à presidência geralmente é explicado a partir de exíguo recorte histórico, do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em diante. Todavia, nessas abordagens ficam ausentes as dimensões estruturais que nos permitem compreender as correlações de força que tornaram viável o estado geral em que hoje a sociedade brasileira se encontra (MENEGAT, 2019), submersa em um regime aparentemente inédito, que vem sendo chamado de neofascismo², sustentado por arcaicas estruturas nunca eliminadas com a redemocratização do país após a ditadura de 21 anos (1964-1985) e a Constituição de 1988. (TELLES; SAFATLE: 2010).

² FILHO, João. “Novo projeto de poder de Bolsonaro, a Aliança para o Brasil é o primeiro partido neofascista do país”. Disponível em https://theintercept.com/2019/11/17/alianca-pelo-brasil-bolsonaro-neofascista/?utm_source=The+Intercept+Brasil+Newsletter&utm_campaign=773d018cab-EMAIL_CAMPAIGN_2019_10_04_08_20_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_96fc3bd6d5-773d018cab-132615433 acesso em 29/11/2019.

Partimos do pressuposto de que não há restos, como se fossem aspectos não superados de uma forma que foi suplantada e deixou atrás de si elementos ainda esperando por serem enfrentados. Há permanências somente no sentido de que tais aspectos seguem funcionais à ordem a qual se associam. (...) os aspectos pontuais que acabam sendo identificados como reminiscências são de fato indicativos de determinações estruturais mais profundas que se expressam na forma política em nossa formação social (IASI: 2014, p. 81).

A ascensão da extrema direita ao poder revela que o que se imaginava escombros de tempos sombrios eram na verdade alicerces sedimentados da forma de nossa estrutura social. No ensaio “Notas sobre o fascismo na América Latina”, escrito em 1971, [Florestan Fernandes](#) aponta as características de uma modalidade de fascismo que teria persistido nas democracias latino-americanas, nominada por ele como “totalitarismo de classe”.

O fascismo na América Latina tem sido, até o presente, uma versão complexa dessa espécie de fascismo. Como tal, ele pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado, do que doutrinação de massa e movimentos de massa. Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a frio”) em dois níveis diferentes (e por vezes concomitantes): 1º contra a democratização como um processo social de mudança estrutural (por exemplo, quando ela ameaça a superconcentração da riqueza, do prestígio e do poder), ou seja, ele se ergue, de modo consciente, contra a “revolução dentro da ordem”; 2º) contra todos os movimentos socialistas, qualificados como revolucionários – portanto, ele também procura barrar a “revolução contra a ordem existente” (a qual foi, aliás, a função histórica do fascismo na Alemanha e na Itália) (2015, p. 35).

A crise do capital especulativo, agravada em 2008, desencadeou nos anos seguintes protestos massivos em algumas capitais mundiais, de diferentes continentes: com início na Tunísia as “primaveras árabes” se espalharam por Argélia, Jordânia, Egito, Iêmen, passando por Europa Central e do Leste, chegando até a América Latina. No Brasil, a queda do preço de *commodities* desencadeou fissuras no bloco de governo da coalizão petista, sendo cada vez mais difícil administrar o processo de acumulação de setores rentistas e detentores de meios de produção com as políticas públicas para erradicação da miséria e acesso à educação, saúde e mobilidade ([SCHWARZ](#), 2019).

Julho de 2013 é considerado o marco divisório mediante o qual entra em cena, com financiamento estrangeiro, apoio da mídia local, uma ação conservadora que articula mobilização e ataques em redes sociais com organização de protestos nas ruas (ROCHA; SOLANO: 2019). No continente americano a guinada autoritária começou a virar em Honduras (2009), Paraguai (2012) e passamos a acompanhar novas dinâmicas de golpes, se não mais militares, agora com manobras desestabilizadoras articulando setores expressivos do judiciário, do parlamento e da mídia³. Expressões como *Lawfare*, *Fake News*, guerras híbridas e guerras não convencionais (KORYBKO, 2018) começam a entrar em nosso vocabulário e, ganham materialidade, sobretudo, após o desfecho da eleição de 2014, cuja derrota não foi assimilada pelo partido opositor e pela elite financeira do país, desde então, os movimentos de massa disputados pela direita ganham intensidade inusitada, com os bombardeios jurídico-midiáticos das delações da operação Lava Jato.

A evocação do inimigo externo/interno como chancela ao autoritarismo

Em [1964](#), a solução do golpe militar-civil foi desencadeada – sob o alarde de suposta ameaça comunista e em defesa das tradições da família e propriedade – com o objetivo concreto de conter a plataforma das reformas de base, que unificava amplo leque de forças populares, sendo a reforma agrária considerada a principal ameaça pelo governo estadunidense, principal fiador da guinada autoritária⁴. Ainda que as propostas de reforma agrária, universitária, urbana, tributária, não apontassem para uma perspectiva revolucionária, no calor da guerra fria a retórica conservadora evocou a ameaça comunista para justificar a ação armada que interrompeu o recente e frágil ciclo democrático brasileiro, nos levando para mais de duas décadas de ditadura (NAPOLITANO: 2014, p. 10).

O apelo ao medo da influência estrangeira, materializada em pessoas e organizações do país – o inimigo interno – deu respaldo para a Lei de Segurança Nacional, e fez com que

³ TATEMOTO, Rafael. Direita brasileira aprendeu com golpes em Honduras e no Paraguai, avaliam militantes. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/15/direita-brasileira-aprendeu-com-golpes-em-honduras-e-no-paraguai-avaliam-militantes/> com acesso em 30/11/2019.

⁴ A explicação, sustentada em farta documentação oficial, pode ser verificada no filme “O dia que durou 21 anos”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hXxqBibwgAg> com acesso em 28/11/2019.

o golpe de 1964 tivesse precisão cirúrgica no rompimento dos laços entre camponeses, operários, artistas, intelectuais, militares, que forneciam os elos vigorosos à plataforma das Reformas de Base⁵.

No meio militar a neutralização da pluralidade de pensamentos foi brutal⁶. A instituição das forças armadas foi capaz de preservar em seus aparelhos pedagógicos uma interpretação particular da história, apologética aos anos de regime militar, saudosa dos anos do “milagre econômico” e dos símbolos da modernização conservadora empreendida no período, embora ignorante sobre seus limites, e muda para os brutais desrespeitos aos direitos humanos, às perseguições ao movimento negro, à luta indígena, à luta camponesa, sindical e estudantil. O revisionismo, antes restrito aos quartéis, hoje é defendido por autoridades ministeriais de supremos tribunais federais, por políticos no parlamento, etc. Enquanto legados brasileiros conhecidos internacionalmente, como a *Pedagogia do Oprimido*, sistematizada por Paulo Freire, se tornam alvos de movimentos de criminalização do debate em torno do projeto Escola Sem Partido.

A despeito de uma ou outra polarização pontual, a convivência entre militares “nacionalistas” e economistas e políticos liberais privatistas não expressa nenhuma contradição de fundo. O modelo neoliberal perseguido pelo governo reposiciona de forma regressiva e periférica o país no sistema mundial. A extração violenta de recursos naturais e minerais demanda alteração de dispositivos constitucionais para garantir menor burocracia ao fluxo de capital exportador e maior poder repressivo contra as forças populares (ARCARY, 2019). O fenômeno atual se expande para demais países da América Latina –

⁵ Em artigo publicado em 2010, Cunha dispunha dos seguintes dados da população atingida pelo golpe de 1964: “Os dados disponibilizados por várias fontes indicam 50 mil pessoas atingidas, a maioria com passagens na prisão por motivos políticos; milhares de presos, sendo que cerca de 20 mil deles foram submetidos à tortura física; pelo menos 360 mortos, incluindo 144 dados como desaparecidos, 7.367 acusados, 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional, 4.862 cassados, 6.592 militares atingidos, 130 banidos do território nacional, 780 cassações por direitos políticos por atos institucionais por dez anos, milhares de exilados e centenas de camponeses assassinados, sem falar de incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários” (2010, p. 29).

⁶ A respeito, vale conferir o filme “Militares da democracia: os militares que disseram não”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6hD8JIHbu3w> com acesso em 30/11/19.

Chile, Bolívia, Equador e Venezuela e tem seus fundamentos no ciclo das décadas de 1960 e 1970 de ditaduras latino-americanas. Klein, ao analisar a experiência chilena explica a coexistência entre força militar coercitiva e liberalismo: a lição aprendida, e que agora intenta se repetir no Brasil com o bolsonarismo é que não há possibilidade de implementação de um programa ultraliberal de desmonte do Estado sem o respaldo de um projeto de poder autoritário⁷.

Milton Friedman aprendeu a explorar os choques e crises de grande porte em meados da década de 1970, quando atuou como conselheiro do ditador chileno, o general Augusto Pinochet. Enquanto os chilenos se encontravam em estado de choque logo após o violento golpe de Estado, o país sofria o trauma de uma severa hiperinflação. Friedman aconselhou Pinochet a impor uma reforma econômica bastante rápida – corte de impostos, livre-comércio, serviços privatizados, cortes nos gastos sociais e desregulamentação. Em alguns casos, os chilenos viram até mesmo suas escolas públicas serem substituídas por escolas privadas mantidas por créditos estudantis emitidos pelo governo na forma de vouchers. (...) Friedman previu que a rapidez, a brusquidão e o objetivo da mudança econômica iriam provocar, no público, reações psicológicas que facilitariam o ajuste. Ele cunhou uma frase para essa tática dolorosa: “tratamento de choque” econômico. Desde então, sempre que os governos decidem impor programas radicais de livre mercado, o tratamento de choque imediato, ou a “terapia de choque”, tem sido o seu método preferido (2008, p. 16).

A experiência brasileira de modernização conservadora da década de 1960 teve como elos estruturantes a ditadura, a revolução verde e a indústria cultural (VILLAS BÔAS, 2015; CHÃ, 2018). Data de 1965 a origem da rede Globo de televisão⁸, financiada por capital ilegal do grupo estadunidense *Time Life*, disseminadora de um padrão de

⁷ Luiz Carlos Freitas analisa os desdobramentos do neoliberalismo sobre a educação brasileira em “A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias” (São Paulo: Expressão Popular, 2018).

⁸ O advento da nova república, em 1985, não significou uma mudança considerável no padrão de relacionamento entre o Estado e a mídia. O sistema de comunicação de massa resultante dos 20 anos de ditadura militar manteve-se intacto. Apesar de a assembleia constituinte ter aprovado, em 1988, uma legislação de comunicação bastante progressista, determinando, por exemplo, que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objetos de monopólio ou oligopólio” (art. 220) esses artigos até hoje não foram regulados pelo Congresso Nacional. Sob pressão dos grandes meios, os sucessivos governos – mesmo o do Partido dos Trabalhadores – não tomaram medidas significativas contra o monopólio da mídia no Brasil (COUTINHO: 2014, p. 117).

representação da realidade supressivo das contradições do mundo real, o “padrão globo de qualidade” em que, dentre muitas características (KEHL, 2000), tem na representação pejorativa e hostil de qualquer forma de luta decorrente da auto-organização da classe trabalhadora. Decorre dessa diretriz, por exemplo, o corriqueiro “bloco do crime”, o primeiro bloco dos telejornais, que abordam prisões de quadrilhas, desastres naturais e rodoviários, e a luta dos movimentos sociais do campo ou urbanos, pelo viés da desordem que causam à vida cotidiana e os riscos de desestabilização da estrutura social brasileira⁹. A operação Lava Jato aparece sempre nesse bloco do telejornal Jornal Nacional da Rede Globo, e muitas vezes se estende pelos blocos seguintes, como narrativa onipotente a disseminar o antipetismo como solução para os problemas de corrupção no Brasil. Não seria possível, sem a salvaguarda da artilharia midiática, diante da arbitrariedade e inconsistência dos processos jurídicos, prender o ex-presidente Lula¹⁰. Essa manobra de naturalização do cárcere do candidato com maior chance de vitória nas eleições de 2018 é um dado fundamental para compreensão da catapulta que colocou o outrora ex-militar, deputado de pouca expressão, a não ser pela bufonaria fascista, na presidência da república.

Atualmente os meios de comunicação empresariais mantêm uma relação ambígua com o governo Bolsonaro: repercutem criticamente os posicionamentos do presidente, seus filhos políticos e ministros quando as manifestações extrapolam o politicamente correto e vão além, manifestando saudades dos tempos do regime militar, da repressão direta contra a oposição, como os tempos do Ato Institucional nº 5 declarado em 1968; mas fazem coro com os esforços do governo para a execução da agenda neoliberal e privatista. Não há antagonismo nas posições: ao elegerem Bolsonaro como o principal inimigo de seu próprio governo, a repercussão de suas posições – mesmo as mais grotescas – alimenta o espetáculo

⁹ No artigo “O legado das ruas está em disputa: entre a regressão fascista e o salto rumo a um novo limite” analiso a forma da cobertura da imprensa nos protestos de julho de 2013, e seus efeitos. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/07/Villas-Boas.pdf> com acesso em 28/11/19.

¹⁰ “A Indústria cultural cumpriu e cumpre importante papel em sedimentar e difundir os movimentos conservadores recentes no Brasil ao incutir nas massas, através de personagens-chaves, as características fascistas necessárias: a necessidade de um líder corajoso e destemido, disposto a interpretar a lei a sua maneira para fazer a “justiça”, enérgico e leal a um código de valores próprios. (...) Desenhado o personagem, coube à conjuntura política e os meios de comunicação preenchê-lo com a figura do juiz Sérgio Moro, adotado como herói destes movimentos e, colateralmente, ao deputado Jair Bolsonaro”. (BASTOS, STÉDILE, VILLAS BÔAS, 2018).

midiático, o mantendo em evidência, no controle da agenda política. A mídia construiu um personagem tirânico, na medida em que invisibiliza ou sub-representa os protestos nas ruas, ou criminaliza as posições das forças de oposição, com recorrentes afirmações de que “a esquerda está desorientada, sem rumo, sem condições de exercer uma oposição efetiva”. Como uma espécie de bobo da corte da aristocracia, a imprensa empresarial procura se legitimar de forma subalterna – inclusive porque depende das verbas publicitárias governamentais e da manutenção da outorga da concessão pública para continuar existindo – fazendo críticas de baixa intensidade ao governo, naturalizando na rotina dos telejornais as medidas anti-democráticas e as ameaças proferidas cotidianamente.

Do ponto de vista da informação como mercadoria, sob a forma de notícia espetacularizada, o governo Bolsonaro é uma fábrica de intensa produção. A repercussão de improperios e ameaças que alardeiam uma possível reedição do AI-5, em futuro próximo, naturalizam o volume de ações das forças repressivas que já excedem qualquer padrão ético e assentam no plano da normalidade o estado de exceção em que vivemos desde o golpe parlamentar-jurídico-midiático-empresarial: passamos a conviver com invasões da polícia em reuniões em sindicato; o aumento exponencial de mortes “por bala perdida” em ações militares em cidades como o Rio de Janeiro são tratadas como efeito colateral da luta contra o crime; lideranças indígenas, camponesas e quilombolas são assassinadas impunemente; o governo quer expandir as possibilidades de uso do dispositivo da Garantia da Lei e da Ordem para empregar forças militares contra os movimentos sociais do campo em ações de despejo¹¹; a tentativa de aprovar o excludente de ilicitude visa garantir liberdade para matar às forças policiais em confrontos com a população nas ruas¹², etc.

Perspectivas da resistência ao neofascismo.

¹¹ LACERDA, Nara. Bolsonaro quer usar GLO em reintegrações de posse; "atitude ditatorial", diz MST

Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/25/bolsonaro-promete-usar-glo-em-reintegracoes-de-posse-atitude-ditatorial-diz-mst/> com acesso em 30/11/19.

¹² FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que excludente de ilicitude em operações de segurança impedirá protestos. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-em-glo-impedira-certo-tipo-de-protestos.shtml>

Logo após assumir a presidência Michel Temer anunciou ampla quantidade de reformas em diversas frentes do governo. Estava em questão o imediato realinhamento da política externa com os Estados Unidos, o esfriamento das relações geopolíticas com o bloco dos BRICS (MANCE, 2018), e dos instrumentos construídos com países vizinhos, como a Unasul, e reformas econômicas e sociais, como a Previdência, alteração do marco regulatório do Pré-Sal para permitir a exploração por empresas estrangeiras, e a proposta de teto de gastos públicos do Estado com saúde e educação. Enfraquecida pela derrota no impeachment, as forças populares se viram obrigadas a se dividir em diversas frentes de luta. A tática identificada por Klein (2008) estava em implementação no Brasil: sob efeito de choque, os segmentos organizados tentavam se organizar para a defesa de direitos enquanto o governo avançava com a pauta neoliberal e reprimia duramente as manifestações.

Do ponto de vista da política interna, a linha divisória que foi estabelecida explorou o ódio de classe, cuja pólvora no paiol foi a alavanca social provocada pelas políticas públicas em diversos âmbitos que foram capazes de retirar milhares de famílias da miséria, ampliar as vagas de emprego, ampliar o universo de escolarização e inserção da população no ensino superior público ou privado com financiamento público, por meio dos programas Prouni e FIES. Espaços majoritariamente ocupados pela parcela branca e abastada da sociedade brasileira, como aeroportos e universidades públicas se tornaram acessíveis as classes populares.

Tanto no governo Temer quanto no de Bolsonaro a Educação tem sido um dos principais alvos de mudança, a fim de conter um dos eixos da ampliação da democracia no Brasil: de imediato impuseram a reforma do ensino médio, o que gerou ampla revolta de estudantes, que ocuparam mais de 2 mil escolas e mais de 200 campi universitários¹³; movimentos que visam criminalizar a liberdade de cátedra e o livre debate de ideias nas escolas e universidades, como o Escola Sem Partido, ganharam força na mídia e nos parlamentos, com a pretensão de instituição de novas e restritivas leis, até o momento derrotadas nas instâncias do judiciário federal; o orçamento das universidades federais

¹³ O filme “Lute como uma menina!” <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA> e o episódio I do programa Revoluções <https://www.youtube.com/watch?v=bq8zLyKM4IY> se referem a esse processo de resistência.

passou a ser contingenciado com frequência e a ser alvo de chantagem, tendo sua liberação condicionada a reformas neoliberais como a da Previdência; foi intensificada a campanha de difamação da educação pública brasileira, seja pela acusação de má gestão, de doutrinação ideológica ou de desvio de recursos; mais recentemente o ministro da Educação passou a difamar diretamente as universidades públicas acusando-as da prática de balbúrdia, alegando que são territórios de livre produção de drogas sintéticas em laboratórios, e plantações extensivas de maconha nos campi, sem contudo, fornecer qualquer prova concreta das acusações e ignorando dados estatísticos que atestam a alta produtividade científica e de extensão do ensino superior público brasileiro, responsável por 90% da produção de conhecimento científico gerado no país, e ocupando a 13ª posição mundial em produção acadêmica. A resposta das universidades veio por meio de campanhas nas redes sociais, manifestos das associações representativas como a Andifes, e sindicais, como Andes, paralisações nacionais, realização de mostras científicas e de extensão em diversos espaços públicos nas cidades, e rejeição dos Conselhos Superiores da maioria das universidades à proposta de gestão e financiamento chamada pelo MEC de “Future-se”. Veio desse segmento a primeira grande manifestação de repúdio ao governo, por meio do protesto contra os cortes no orçamento das universidades federais.

No âmbito da relação entre universidades e institutos federais com organizações populares, defensoras da reforma agrária e agroecologia e protagonistas de campanhas contra o uso intensivo de agrotóxicos na lavoura, recaiu ação mais violenta dos poderes executivo federal, por meio do corte de orçamento do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) e da judicialização de trâmites institucionais corriqueiros. O objetivo é romper os elos entre movimentos sociais e universidades, entre trabalhadores, estudantes e professores, isolando as forças democráticas e promovendo o asfixiamento econômico e a criminalização jurídica das instituições.

A educação pública foi um dos maiores fatores de inclusão social e desenvolvimento econômico no interior do país, com a expansão dos campi universitários e da rede de institutos federais pelo interior do país¹⁴. A democratização do acesso ao ensino

¹⁴ Bizerril, Marcelo Ximenes Aguiar. “A expansão das universidades brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país”, disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33182> e “A interiorização das universidades federais foi

superior transformou o perfil dos estudantes universitários do país. Antes do ciclo de expansão iniciado em 2003 a maioria dos estudantes era composta por brancos oriundos da elite e da classe média, enquanto, atualmente, os dados atestam a dimensão da democratização do acesso ao ensino público superior: 70% são de família de baixa renda; 60,4% concluíram o ensino médio em escola pública; 51,2% são negros; 62,7% são filhos de mães que não tem curso superior¹⁵.

A ênfase na militarização de escolas públicas e a implementação da reforma do ensino médio indicam a preocupação em conter no presente o crescimento da luta emancipatória feminista, anti-racista, em defesa da reforma agrária, entre outras pautas marginalizadas pela agenda bolsonarista.

Na conjuntura distópica que adentramos, um dos desafios a superar é a expectativa, algo ingênua, que nosso horizonte de expectativas deve se projetar na eleição presidencial de 2022, quando então, pelo voto da maioria, a ordem regressiva da política brasileira poderia se alterar – aliás, a expectativa frustrada das eleições que não ocorreram, em 1966, deveria nos servir como sinal de alerta.

Quando o potencial organizativo da classe trabalhadora é ignorado, em nome das escolhas de quadro políticos eleitoráveis, feitas nos gabinetes das cúpulas partidárias, a tendência é que, quando tratada como espectadora da vida política, submetida às violências simbólicas da estética publicitária do marketing – seja ele de varejo ou político – a população passe a acreditar nos “caminhos” regressivos do apelo da ordem por meio de mais rigor, disciplina, autoridade centralizada, e diante de nossa cultura patriarcal passe a aguardar as soluções dos problemas coletivas por meio da eleição de um “líder-pai-mito” de fortes convicções, passando a desacreditar nas perspectivas de auto-organização que podem surgir quando, no planejamento estratégico, se combina o trabalho de base, a educação popular e a luta social, enquanto matriz formativa de uma experiência histórica que visa recuperar o protagonismo organizado pela luta dos de baixo em prol de um projeto popular para o país.

um acerto estratégico para o Brasil”, disponível em <https://noticias.unb.br/artigos-main/2580-a-interiorizacao-das-universidades-federais-foi-um-acerto-estrategico-para-o-brasil>

¹⁵ Fonte: 5º Pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (Andifes).

As forças contra-hegemônicas que acumularam por décadas em pautas estruturais, como a reforma agrária defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos populares do campo organizados na Via Campesina e sindicais rurais da Contag, a luta contra o racismo empreendida pelo Movimento Negro Unificado e a luta dos povos indígenas e quilombolas pela demarcação de terras ancestrais e pela conquista de direitos, encampada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foram, em parte, assimiladas por políticas públicas compensatórias pelo ciclo do governo petista. Entretanto, suas demandas estruturais tensionam os limites da ordem burguesa instituída, e o acúmulo organizativo, pedagógico e cultural dessas organizações e pautas apontam para a possibilidade concreta de outro modelo de sociedade, conforme atesta o ex-reitor da UFRJ, maior universidade federal brasileira: *“Na produção de conhecimento crítico, a problemática da pesquisa e as condições epistemológicas e epistêmicas do trabalho científico dependem hoje, em grande parte, do protagonismo dos movimentos sociais que identificam os problemas, localizam seus agentes, discutem as resistências, elaboram diagnósticos sobre a degradação ambiental e suas consequências para a vida que ultrapassam os marcos da lógica do capitalismo de hoje”* (LEHER: 2019, p. 185). Por isso, elas se tornam alvos primeiros do neofascismo, por meio da violência direta contra lideranças, pela criminalização das organizações pelos poderes judiciário, legislativo, executivo e midiático.

A retomada da capacidade de luta popular passa por um reposicionamento dessas organizações e seus acúmulos organizativos, teóricos e históricos nas mediações que precisam ser estabelecidas com centrais sindicais e partidos políticos. [Florestan Fernandes](#) chamava a atenção para isso em documento escrito para o 1º Congresso do Partido Trabalhadores, republicado recentemente sob o título *Reflexões sobre a construção de um instrumento político*:

Primeiro, a combinação entre classe e movimentos sociais precisa sair da esfera burocrática dos comícios. Mas [o Partido] estudou menos ainda os movimentos sociais (como o dos negros, o agrário, o dos trabalhadores em educação, o estudantil, o das mulheres, etc). Esses movimentos possuem conteúdos reformistas e revolucionários

que não podem ser ignorados e que devem ser entendidos na sua confluência dialética com a luta de classes e o movimento sindical. O movimento negro é o melhor exemplo. O significado revolucionário explícito e larval da raça, como categoria social, contém implicações e desdobramentos insondáveis. Pensar a revolução como possível, no Brasil, sem por lado a lado classe e raça, equivale a desperdiçar um arsenal nuclear que nunca funcionará como um todo dentro da ordem. O partido precisa realizar uma rotação para se desprender do horizonte cultural burguês, e do seu senso comum, feito de estigmatizações e preconceitos, para encarar de frente o Brasil real e suas exigências históricas irreprimíveis (2019, p. 100).

Bibliografia Consultada

ARCARY, Valério. A recolonização do capitalismo periférico. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-recolonizacao-do-capitalismo-periferico-brasileiro/4/45945> com acesso em 30/11/2019.

CHÃ, Ana Manuela. Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COUTINHO, Eduardo Granja. Ecos do golpe no mundo da cultura. In Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Florestan. Notas sobre o fascismo na América Latina. In Poder e contrapoder na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Reflexões sobre a construção de um instrumento político: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, Mauro Luis. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In Ecos do golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

KEHL; Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio (org.). A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

KLEIN, Naomi. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KORYBKO, Andrew. Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEHER, Roberto. Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MANCE, Euclides. O golpe: Brics, dólar e petróleo. Passo Fundo: Saluz, 2018. Disponível em <http://www.ifibe.edu.br/arg/20180814153209320707047.pdf>

MENEGAT, Marildo. Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. In revista Argumentum Volume 11 N^a 2 (2019). Disponível em <file:///Users/rafael/Downloads/26864-Texto%20do%20artigo-77612-1-10-20190830.pdf> com acesso em 28 de novembro de 2019.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

ROCHA, Camila; SOLANO; Esther (orgs). As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SCHWARZ, Roberto. Neoatraso Bolsonaro repete clima de 1964. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/neoatraso-bolsonarista-repete-clima-de-1964-diz-roberto-schwarz.shtml> com acesso em 28 de novembro de 2019.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. O novo ciclo de modernização conservadora e a centralidade da indústria Cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. In Comunicação e disputa da hegemonia: a Indústria Cultural e a reconfiguração do bloco histórico. BASTOS, Manoel Dourado; GONÇALVES, Felipe Canova (orgs). São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____ ; BASTOS, Manoel; STÉDILE, Miguel Enrique. Indústria cultural, a antessala do fascismo brasileiro. In Revista Perseu: história, memória e política. Dossiê: fascismos e antifascismos ontem e hoje. N^o 16, ano 12. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.